

**INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS
COORDENAÇÃO DO PRONATEC**

Anexo I

**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA ALUNOS BENEFICIADOS PELA BOLSA
FORMAÇÃO DO PROGRAMA PRONATEC**

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preço para aquisição de alimentos para alunos atendidos pelo Programa PRONATEC MULHERES MIL, em consonância com a Resolução CD/FNDE nº 4 de 16 de março de 2012.

1.2. Os alimentos serão adquiridos de modo que sejam aproveitados nas aulas práticas do referido Programa. As quantidades estão disponibilizadas conforme Encarte A.

1.2.1. A estimativa para os itens constam no Encarte A deste Termo de Referência, com a finalidade de atender exclusivamente alunos do Programa Pronatec, beneficiados pelo Bolsa-Formação, conforme resolução supracitada.

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente aquisição tem por objetivo possibilitar aos alunos inscritos no Programa Mulheres Mil a utilização dos diversos alimentos às aulas práticas, a serem realizadas nos Campus: Juiz de Fora, Muriaé e Santos Dumont.

3. – CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. – DESCRIÇÃO E QUANTITATIVOS DOS LOTES

4.1. Os itens e suas respectivas quantidades constam no Encarte A, em anexo.

- Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de entrega.

- **O material deverá ser entregue de forma parcelada, conforme necessidade da Contratante, respeitando o limite mínimo de faturamento de R\$ 200,00 (duzentos reais) por pedido.**

- As quantidades são meramente estimativas para fins de elaboração de proposta, não havendo obrigatoriedade na contratação.

- A proposta deverá consignar obrigatoriamente e expressamente todos os elementos que formarão o preço final do objeto ou serviço proposto, já devendo estar incluídos nos preços os tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto, as taxas, os fretes (CIF), os insumos, os seguros, ou seja, os preços cotados deverão incluir todas e quaisquer despesas, tais como administração local e central, mão-de-obra, fornecimento de uniforme e equipamentos indispensáveis à execução dos serviços, benefícios diretos e indiretos concedidos através de acordo/dissídio coletivo da categoria a que estiverem vinculados os seus empregados, os materiais a serem utilizados na consecução do objeto desta licitação.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O material deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho de despesa:

5.2. Os bens solicitados deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 08h00 às 16h00, nos Campus:

Campus Juiz de Fora – UASG 158414

Rua Bernardo Mascarenhas, 1283 – Bairro Fábrica, CEP: 36080-001 – Juiz de Fora – MG.

Campus Muriaé – UASG 158415

Avenida Coronel Monteiro de Castro, nº 550 – Bairro Barra, CEP: 36880-000 – Muriaé – MG.

Campus Santos Dumont – UASG 154763

Rua Técnico Panamá, nº 45 – Quarto Depósito – Santos Dumont – MG.

5.3. **Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de entrega.**

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber os insumos no prazo e condições estabelecidas neste termo;

6.1.2. Verificar minuciosamente a conformidade do material fornecido, com as condições estabelecidas no Edital e na proposta, para fins de aceitação dos mesmos;

- 6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. executar fielmente os serviços objeto deste edital, responsabilizando-se por sua qualidade e correção;
- 7.2. preparar os alimentos com gêneros de primeira qualidade.
- 7.3. manter sua estrutura dentro dos padrões de higiene exigidos pelas autoridades sanitárias, assim como adotar medidas destinadas à conservação das refeições e dos estoques de alimentos, controlando inclusive a qualidade da matéria-prima dos mesmos;
- 7.4. coletar amostras de todos os componentes dos insumos, mantendo-as em refrigeração por 48 (quarenta e oito) horas. Em caso de toxinfecção alimentar, deverá oferecer todas as condições e facilidades ao Contratante para que este determine a realização de análise bromatológica da refeição reembolsando-o todas as despesas realizadas para este fim;
- 7.5. suportar os ônus relativos a atendimentos médicos ambulatoriais e hospitalares decorrentes de eventual toxinfecção alimentar, responsabilizando-se pelas remoções que se fizerem necessárias, ressarcindo o Contratante dos prejuízos causados;
- 7.6. substituir, de comum acordo com o Contratante, em tempo hábil, a falta de um dos componentes do cardápio, ou na ocorrência de atraso na preparação do mesmo;
- 7.7. responsabilizar-se pelo fornecimento de embalagens compatíveis para os insumos, considerando inclusive que todos os alimentos deverão estar acondicionados em embalagens que garantam total higiene e conservação;
- 7.8. realizar o transporte dos gêneros alimentícios, bebidas e materiais necessários à execução do objeto;
- 7.9. manter as bebidas refrigeradas de acordo com recomendação dos fabricantes;

7.10. repor imediatamente os alimentos que apresentarem má qualidade em relação ao que foi ofertado na licitação, sem ônus para o Contratante;

7.11. entregar as Notas Fiscais acompanhadas de relatório por Unidade para a devida aprovação das despesas;

7.12. a Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.12.1. efetuar a entrega dos alimentos conforme este termo de referência.

7.12.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.13. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.14. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. cometer fraude fiscal;
- 11.1.6. não manter a proposta.

- 11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;;
- 11.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 11.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;
- 11.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 11.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 11.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 11.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Juiz de Fora, 09 de Novembro de 2015.

Alice Aleixo Fonseca
Coordenadora Adjunto/Pronatec
Portaria 1138/2014

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo este termo de referência, conforme Inciso II do Artigo 9º do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

Juiz de Fora, 10 de Novembro de 2015.

Charles Okama de Souza
Pró-Reitor de Administração